

Crise capitalista e luta de classes: contribuições e controvérsias na tradição marxista

*Demian Melo**

A tarefa de mudar o mundo de forma revolucionária – de através de uma ação coletiva criar uma forma de sociabilidade para além da sociedade capitalista – sempre terá em Marx um autor e aliado incontornável. Toda sua obra está dedicada a uma crítica radical da sociedade burguesa, e a partir de seu método dialético do conhecimento, compreendeu a força e as “falhas” do capitalismo, as lutas de classe e a crises econômicas, políticas e revolucionárias. Em suma, o nosso autor buscou compreender o movimento interno da sociedade do capital, não por simples diletantismo, mas para buscar uma intervenção revolucionária mais consistente.

Para Marx, mudar o mundo também implicava conhecer este mundo. Mas este conhecimento, para ser conhecimento, não deve partir do nada, e sim de um processo lógico-dialético que consiste, entre outras coisas, de realizar uma crítica interna ao estado do conhecimento social produzido até então.¹ Nesta forma revolucionária de conhecer o mundo, Marx conseguiu compreender a lógica interna da sociedade capitalista: a dinâmica da exploração da classe trabalhadora como ponto a partir do qual é produzida a riqueza; a acumulação de capital e as crises econômicas. Sendo um revolucionário, entendeu que esta forma de sociabilidade é histórica; teve uma gênese e terá um fim.

Além da economia política, Marx também bebeu na forma mais avançada do pensamento filosófico de seu tempo, sendo o mais radical protagonista do processo de dissolução do sistema de Hegel, ao mesmo tempo em que incorporou, pondo-o pelo avesso.² Da historiografia liberal sobre a Revolução Francesa, retirou o conceito de luta de classes, central em sua teoria da história. Mas o assunto que trataremos nestas linhas

* Doutorando em História na UFF.

¹ No pós-fácio da segunda edição de *O Capital*, Marx expressa de forma sintética este método: “É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa deve captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído este trabalho é que pode se expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.” MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1983, p.20.

² GRESPAN, Jorge. “A dialética do avesso.” *Crítica Marxista*, v. 14, p. 26-47, 2002.



diz respeito a sua teoria das crises capitalistas e sua relação com a história da modernidade burguesa.

Crise e História

Em um trecho do capítulo XV do livro III de *O Capital*, Marx assim desenvolve o tema da relação entre as crises econômicas e a história:

“(...) os economistas que, como Ricardo, consideram o modo de produção capitalista como absoluto, sentem aqui que esse modo de produção cria uma barreira para si mesmo e, portanto, atribuem essa barreira não à produção, mas à Natureza (na doutrina da renda). O importante, porém, em seu horror ante a taxa de lucro em queda, é a sensação de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem a ver com a produção de riqueza enquanto tal; e essa barreira popular testemunha a limitação e o caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunha que ele não é um modo de produção absoluto para a produção de riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio.”³

Desvendemos o trecho.

Após discutir a base do modo de produção capitalista é a exploração do trabalho assalariado e a apropriação do sobre-trabalho sob a forma monetária da mais-valia, Marx discute nas três primeiras seções do livro III a formação da taxa média de lucro, a formação dos preços de custo e de mercado através da concorrência entre os capitais e a tendência deste modo de produção a gerar crises, atentando para o fato empiricamente comprovado de que a taxa média de lucro tende a cair historicamente. Observe-se que a taxa média de lucro é o resultado de uma média entre as diversas taxas de lucro nas distintas áreas da economia, sendo o principal elemento na determinação do volume de investimento em cada setor. Note-se também que a queda da taxa de lucro, uma tendência histórica do modo de produção capitalista, que já havia sido verificada por

³ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.183-184.

David Ricardo,⁴ ser uma forma de manifestação da tendência do capital a gerar crises, e não a *causa* das crises, como certa leitura esquemática que predominou entre marxistas.⁵

Marx define tal tendência, em conjunto com contra-tendências (que veremos a seguir), como uma das principais leis de movimento da sociedade capitalista. Quando a tendência a queda da taxa de lucro se impõe, tem-se a crise. Mas, ao contrário de sugerir que tal crise poderia levar o modo de produção capitalista ao colapso, o que está explícito no trecho acima é que ela apenas revela a *natureza histórica* do capitalismo. Afinal, como afirmará um pouco mais à frente: “As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado.”⁶ As crises são, assim, recorrentes e fazem parte do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Desde suas primeiras elaborações em torno do processo de produção capitalista, Marx e Engels já haviam entendido a natureza cíclica do capitalismo, entendendo que o mesmo passava por fases de expansão, auge, declínio e crise, iniciando-se um novo ciclo. Engels na *Situação da classe operária na Inglaterra*, e Marx em *A miséria da filosofia* e no *Manifesto Comunista*, já havia exposto e constatado a natureza cíclica do capitalismo. No entanto é preciso dizer que, segundo estes autores, nenhuma crise é igual a outra, o que é o mesmo que dizer que nenhum ciclo é igual a outro, e que a tendência histórica é a da acumulação de contradições no ciclo subsequente em relação ao anterior. Neste entendimento, as crises são sempre parte do modo de ser do capital e não uma “falha do sistema”, como se poderia pensar. Constitui seu negativo em face de sua totalidade constitutiva.⁷ Mas qual a relação das crises econômicas com o desenvolvimento de outras esferas sociais, como a política, por exemplo?

A resposta desta questão deve ser buscada no desenvolvimento da obra teórica de Marx. Em 1848, no mesmo ano em que editava em conjunto com Engels o *Manifesto Comunista*, os dois comunistas viram algumas de suas previsões se efetivarem com a

⁴ Diferentemente de Marx, Ricardo acreditava que a tendência à queda da taxa de lucro não era resultado de uma contradição interna do sistema, mas resultado de elementos externos. Sobre isto, ver. GRESPAN, Jorge. “A crise na Crítica à Economia Política.” *Crítica Marxista*, Campinas, n.10, p.77-97, 2000.

⁵ Sobre isto, ver CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Formas, Conteúdo e Causa: uma proposta de interpretação marxista do fenômeno crise.” *Leituras de Economia Política* (UNICAMP), Campinas, n. 5, p. 15-31, 1997.

⁶ MARX, *O capital*, Livro III, op. cit., p.188.

⁷ Ver GRESPAN, Jorge. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica da economia política de Marx*. São Paulo: Hucitec/FAPEESP, 1999.

eclosão de inúmeras revoluções na Europa central, após o estopim desencadeado pela queda do regime de Luis Felipe na França em 24 de fevereiro de 1848, que se seguiu a uma onda de insurreições em 13 de março em Viena, e em 18 de março em Berlim, para citar apenas os casos mais conhecidos. Mas todas estas revoluções foram derrotadas, o que de certa forma contrariou uma parte dos prognósticos de Marx sobre a sorte da sociedade burguesa. É preciso dizer também que em inúmeros países, não se tratava ainda de derrubar regimes burgueses por um movimento comunista, estando ainda o *Antigo regime* em pé em inúmeras localidades, como na Áustria (o Império Austro-Húngaro). Não quero me alongar neste tema, apenas constatar como Marx entendeu tais processos do ponto de vista histórico. Cabe mencionar que sobre tais eventos, ele e Engels produziram uma série de reflexões seminais, que podem ser consultadas em textos como *As lutas de classe na França (1848-1950)*, *18 Brumário de Luís Bonaparte*, *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*, entre outros.⁸

A revolução de 1848: o laboratório de Marx

Segundo Ernest Mandel, foi no contexto da vaga revolucionária de 1848 que Marx e Engels formularam suas “opiniões detalhadas sobre a marcha cíclica da produção capitalista e sobre as crises de superprodução”⁹. Logo observariam que uma crise do comércio internacional em 1847 havia sido a “parteira da revolução” de 1848, e a retomada do desenvolvimento econômico era, pois, o que tinha selado o destino da revolução. Os dois escreveriam na edição de maio-outubro da *Neue Rheinische Zeitung* (1850) que:

“Diante da prosperidade geral, na qual as forças produtivas se desenvolvem de maneira tão exuberante quanto podem fazer no quadro das relações burguesas, não se pode falar de uma revolução verdadeira. Tal revolução não é possível senão nos períodos nos quais estes dois fatores, as forças produtivas modernas e as forma de produção burguesa, entram em contradição uns com os outros. (...) *Uma nova revolução não é possível senão em seguida a uma nova crise. Ela é tão certa quanto esta.*”¹⁰

⁸ Há uma excelente edição destes textos publicada pela editora do MST, e organizada por Mauro Iasi, que também escreveu uma bela introdução para os textos. MARX, K & ENGELS, F. *A revolução antes da revolução*. 2 volumes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

⁹ MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.69.

¹⁰ MARX, K. & ENGELS, F. “Revue – Mai bis Oktober”. *Neue Rheinische Zeitung – Politisch-ökonomische Revue*, Fünftes bis sechsts Heft, mai-oktober, 1850, p.317. *Apud* Mandel, op. cit., p.71, (grifo

A nova crise só voltou a acontecer em 1857, mas a prosperidade econômica fora logo retomada no ano seguinte e nenhuma vaga revolucionária se abriu, exceto para os nacionalistas italianos.¹¹ Antes disso, Marx e Engels prognosticaram crises em 1852, 1853 e 1855, e em todos estes casos falharam. Em 26 de setembro de 1856, numa carta enviada a Engels, Marx disse acreditar que “no inverno de 1857, irromperá uma grande crise monetária”. Desta vez o prognóstico foi correto. Quando estalou a crise, Marx se pôs a estudar febrilmente com vistas descrever os elementos fundamentais do sistema, conforme relatou em carta a Engels, em 8 de dezembro de 1857: “Trabalho como um louco, noites inteiras adentro, para organizar meus estudos econômicos, para por as claras pelo menos os elementos fundamentais antes do *dilúvio*”. Mas a crise econômica, no entanto, não foi seguida de nenhum *dilúvio*, de nenhuma comoção social, muito menos de nenhuma revolução. O curioso é que, como afirmou com argúcia Roman Rosdolsky, “quantas vezes esse tipo de ilusão revelou-se frutífer[a]!”¹² Pois, foi neste contexto que Marx redigiu um dos seus mais brilhantes estudos econômicos: os *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, ou simplesmente *Grundrisse*.¹³ Um milhar de páginas onde há uma exposição geral da ordem social capitalista, onde aparece pela primeira vez uma formulação completa do conceito de mais-valia (ou mais-valor), central na sua crítica da economia política.

De qualquer modo, é importante destacar que o “erro” de Marx pode ser pensado como chave para o entendimento da relação entre as crises cíclicas da economia e seu impacto em outras esferas da sociabilidade, como a política, entendendo a autonomia relativa entre elas. Em primeiro lugar deve-se pensar que a crise do comércio internacional de 1847 só pode ser tomada como estopim das revoluções de 1848 porque, do ponto de vista político, a década de quarenta do século XIX foi profícua na formação

nosso). Não há como não lembrar da formulação análoga presente no Prefácio de 1859. Voltaremos já a este ponto.

¹¹ “A crise de 1857 foi menos útil para o movimento socialista do que para os nacionalistas italianos, que, desde 1848, vinham fazendo força para promover a unificação da Itália. Aproveitando os efeitos da crise, a Sardenha, sob a liderança política de Cavour, entrou em entendimentos com a França e se insurgiu contra a dominação austríaca. Napoleão III, o imperador francês, apoiou a Sardenha em troca de Savóia e Nice, posteriormente entregues à França.” KONDER, Leandro. *Marx, vida e obra*. 1998, p.105.

¹² ROSDOLSKY, *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Op. cit., p.25.

¹³ O manuscrito somente publicado em 1939-40 na URSS, e que só mereceu atenção dos especialistas muito mais tarde. Utilizamos MARX, K. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 3 volumes. 15ª edição. México: Siglo XXI, 1987.

de inúmeras organizações revolucionárias, com seus teóricos, entre os quais o próprio Marx, que por esta época não passava de um entre outros. Após uma década de acumulação das armas da crítica, foi possível transformá-la em crítica das armas. Mas tal acumulação de críticas encontrava também terreno fértil no anacronismo de diversos Estados europeus, que por esta época ainda se configuravam como *Antigos regimes* em um período em que todos os signos políticos haviam sido alterados pela grande Revolução Francesa de 1789-1799.

Por outro lado, se podemos observar alguns equívocos de avaliação em Marx, não é possível desconsiderar que em suas análises histórico-concretas existem indicações metodológicas importantes sobre o problema, como se pode apreender, por exemplo, em seu texto *As lutas de classe na França (1848-1850)*. Neste, só após expor as diferentes frações da classe que compunham a sociedade francesa de então (com atenção particular para a aristocracia financeira) e sua relação com as respectivas representações parlamentares, só depois de tratar da própria crise fiscal do Estado, é que a crise econômica aparece como determinação da luta de classes.¹⁴

É, portanto, segundo a própria leitura marxiana, a combinação da crise econômica com questões de ordem política que produziu a situação revolucionária de 1848. E isto só pode ser entendido se tomarmos de Marx a compreensão da principal especificidade do capitalismo, que é a abstração da esfera econômica em relação à política, posto que a forma de extração do sobre-trabalho nas sociedades pré-capitalistas era feita de forma extra-econômica, enquanto no capitalismo impera a lei do valor e, conseqüentemente, dos distintos fetichismos, do salário, do preço, do lucro, do dinheiro, dos juros, do capital, da mercadoria etc.

Mas a não-coincidência entre crise econômica e revolução em 1857, certamente levou Marx a ser mais prudente. Isso pode ser observado no célebre trecho do Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, escrito em 1859. Nele, Marx resolve a discussão da seguinte forma:

“Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De forma de desenvolvimento das forças

¹⁴ Esta valiosa observação é discutida por Alvaro Bianchi em seu livro sobre Gramsci. BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008, p.123.

produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevêm então uma época de revolução social.”¹⁵

Existem nesta passagem muitos pontos em comum com o trecho supracitado do *Neue Rheinische Zeitung*, principalmente o fato do cerne do problema residir na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a relações sociais de produção. Mas note-se que agora Marx se refere ao fato de tal contradição criar as condições para uma *época histórica* de revolução social. Fala dos tempos longos. Não se trata, portanto, de uma relação de casualidade mecânica em relação aos ziguezagues da conjuntura econômica imediata. Até porque, como é desenvolvido neste mesmo Prefácio de 1859, uma formação social nunca desaparece sem que antes tenham sido desenvolvidas todas as suas contradições e potencialidades; que os homens não se põe tarefas para as quais as condições para a sua resolução não estejam dadas ou em vias de aparecer. Tais condições não podem ser resultados das flutuações conjunturais das taxas de lucro, mas do amadurecimento das contradições profundas deste sistema pensadas em um prazo longo.

Talvez seja o caso de agora apresentar de uma forma um tanto que sucinta, como em seus estudos mais maduros, notadamente *O Capital*, Marx discutiu a dinâmica das crises no capitalismo, para encontrar aí a forma como Marx relaciona tal dinâmica com a esfera política.

Crises econômicas e intervenção do Estado

Para Marx a possibilidade de crises de superprodução está colocada desde as determinações mais essenciais do modo de produção capitalista. A começar pelo fato da forma assumida por ter a produção de riqueza ser mercantil, um objeto que, além de possuir a capacidade de satisfazer necessidades humanas, é objeto feito para ser trocado por um equivalente. Nos *Grundrisse* e em outros manuscritos da maturidade, Marx discute criticamente o fato de David Ricardo não possuir uma compreensão das crises de superprodução, capitulando à chamada “Lei de Say”. Com o desenvolvimento de seus estudos da matéria econômica, Marx pode perceber que fora James Mill, e não Jean Baptist Say, o primeiro a formular a teoria da identidade completa entre mercadoria e

¹⁵ MARX, K. *Para à crítica da economia política. Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.25.

dinheiro, entre compra e venda, o “o equilíbrio metafísico entre compradores e vendedores”. Também *Grundrisse* Marx afirma que “a tese sobre a identidade direta entre o processo de produção e o processo de valorização de capital”, formulada engenhosamente por Mill, era a base da “estupidez em torno da impossibilidade da superprodução”.¹⁶

Neste ponto o autor de *O capital* criticava não só aqueles economistas burgueses a quem chamava de “vulgares”, mas também a David Ricardo a quem creditou qualidades de “imparcialidade científica e amor à verdade”, e que incorporou ao seu sistema a “Lei de Say”. Entretanto, Marx entendia *o porquê* de Ricardo não apresentar um tratamento satisfatório do problema das crises, já que o mesmo não conhecera crises capitalistas, ou seja, “crises gerais do mercado mundial oriundas do próprio processo de produção”¹⁷. Segundo ele, em vida Ricardo presenciou a crise do mercado mundial provocada pelo bloqueio continental de Napoleão, portanto uma crise provocada por causa política, mas não pode ver a crise de 1825 – uma crise típica de superprodução –, pois faleceu dois anos antes. Não poderia, assim, ter estudado um objeto que à sua época estava pouco desenvolvido.

E de fato as crises econômicas nas sociedades pré-capitalistas nunca eram crises com uma causa eminentemente econômica, pois a própria economia não existia enquanto esfera apartada da vida social. Eram guerras, disputas dinásticas e problemas climáticos o que produziam tais crises, que por isto mesmo assumiam a forma de crises de sub-produção. Em tais sociedades, a forma de extração do sobre-trabalho se dava a partir de mecanismos extra-econômicos, como o poder estatal, jurídico, ideológico e na maior parte dos casos uma combinação entre os vários. Reside precisamente aí o cerne da questão: no capitalismo a separação entre economia e política, entre forma de produzir e forma de dominar, significa que a autonomia relativa entre estas duas esferas é muito maior que nas sociedades pré-capitalistas.¹⁸ Assim, há no capitalismo uma desigualdade entre as esferas da economia e da política que não pode ser encontrada em outros modos de produção.

¹⁶ MARX, *Elementos*, op. cit., p.377.

¹⁷ MARX, K. *Teorias da mais-valia*. Volume II. São Paulo: Difel, 1980, p.933.

¹⁸ Ver WOOD, Ellen M. “A separação entre o ‘econômico’ e o ‘político’ no capitalismo.” *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.27-49.

Embora haja esta grande autonomia entre as esferas da economia e da política, no desenvolvimento concreto das sociedades capitalistas o Estado apresenta-se como ator fundamental da coesão nacional e da transformação das particularidades burguesas em interesses da “Nação”. Nas crises, toda a ladainha liberal é substituída por clamores de intervenção do Estado na economia, para salvar o sistema. Em suma, trata-se de autonomia, não de separação metafísica. Vejamos a importância das intervenções estatais nos processos de crise.

Como se opera a queda da taxa de lucro e as crises capitalistas? Como se efetiva esta tendência? Ela é o resultado do progressivo aumento da composição orgânica do capital decorrente da concorrência entre os capitalistas, que tendem a aumentar seus investimentos em tecnologias “poupadoras de mão-de-obra”, para aumentar a produtividade de suas empresas e conseguir lucros extraordinários. Aumentando o coeficiente de capital constante em relação ao capital variável, isto é, aumentando a composição orgânica, o capital diminui a sua base de valorização, que é a exploração direta da força de trabalho na produção de valor. Assim, a taxa de lucro, que nada mais é que a forma como a taxa de mais-valia se apresenta na circulação, cai tendencialmente. Nas crises ocorre o seguinte fenômeno:

“o crescimento da composição orgânica leva a taxa de mais-valia a subir e a de lucro a cair, rompendo o paralelismo das duas medidas de valorização do capital e colocando-as numa oposição que contradiz o objetivo de valorização e acumulação permanente. Configura-se, com isso, uma crise econômica, definida agora de modo mais complexo e concreto como queda tendencial da taxa de lucro.”¹⁹

Em conjunto com tal tendência, se fazem presentes contra-tendências que contrabalançam o sistema, o que impede que o capitalismo viva em crise crônica, mas que não é capaz de impedir que a cada ciclo uma nova crise exploda.²⁰ No capítulo XIV do livro III, Marx apresenta seis elementos que são um contrapeso à queda da taxa de lucro. São elas: 1) o aumento da exploração, com o aumento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho; 2) redução de salários; 3) barateamento de elementos do capital constante; 4) ampliação da superpopulação relativa para além do exército industrial de reserva, que pressiona os salários para baixo; 5) comércio exterior, para

¹⁹ GRESPAN, “A crise na Crítica...”, op. cit., p.94.

²⁰ O tema é bem desenvolvido em inúmeros autores, mas destaco ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.UERJ, 2001, p.315-319.



escoar mercadorias e importar insumos mais baratos; 6) aumenta do capital acionário, com o capital migrando para a esfera financeira, aonde encontra títulos de empresas e do próprio Estado.

O desenvolvimento econômico no capitalismo, após uma fase de expansão dos negócios, investimentos, crescimento e geração de renda, sempre leva a uma superacumulação de capital e uma superprodução de mercadorias, que põe para fora do processo produtivo uma parcela significativa da força de trabalho empregada, aumentando a superpopulação relativa. Por seu aspecto de superprodução, as crises capitalistas são sempre crises de realização de valor. Também nas crises, o capital anteriormente acumulado não tem condições de voltar à produção com rentabilidade, ou seja, nas mesmas condições de valorização até então vigentes. Cria-se uma superacumulação de capital, que leva a que diversos capitais sejam destruídos, queimados, durante as crises. Esses capitais são queimados de diversas formas. Destroí-se capital fictício, ações, dívidas, créditos são desvalorizados; queima-se capital na forma de mercadoria; e queima-se capital na forma de forças produtivas.

No entanto as crises também repõem as condições para o início de um novo ciclo expansivo, que acumula contradições para uma nova crise. Mas as condições para a retomada de um novo processo de acumulação são dadas pelo aumento da taxa de exploração do trabalho e o aumento da concentração e centralização do capital, dois dos resultados encontrados nas crises capitalistas.

Afinal cabe apontar que o Estado é um elemento fundamental ao processo de acumulação capitalista, pois quem mais poderia agir no sentido da institucionalização do aumento da taxa de exploração, na socialização das perdas, na fixação da taxa geral de juros – que nada mais é do que o valor do capital-monetário – e no aumento do capital em ações, da ampliação do comércio exterior? Como assinalaram os autores marxistas que se dedicaram a entender a dinâmica do capitalismo no século XX, o Estado acaba por constituir-se no garantidor das condições gerais extra-econômicas do processo de acumulação, organizando as contra-tendências que impedem a queda vertiginosa da taxa de lucro.²¹

²¹ Associado a chamada “escola lógica do capital”, Elmar Altvater entende que o Estado no capitalismo assume a função de reproduzir o conjunto do capital, seja investindo em infra-estrutura, seja na regulamentação do conflito entre capital e trabalho, ou ainda ajudando a expandir o capital nacional nos mercados mundiais e intervindo no mercado através da política fiscal e monetária. Já na abordagem

Vejam os como a tradição revolucionária posterior a Marx trabalhou as relações entre as crises econômicas e as situações políticas. Nossa escolha recaiu sobre os autores que mais contribuíram teoricamente na elaboração revolucionária e tiveram de enfrentar na prática tal questão. São eles Lênin, Trotski e Gramsci.

Lênin, Trotski e conceito de crise revolucionária

Lênin, em um texto bastante conhecido e citado, discute o tema da revolução a partir de duas ordens de determinações, objetivas e subjetivas, sendo a situação revolucionária um dado objetivo de uma determinada correlação de forças sociais. Cito:

“Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos os três principais pontos que seguem: 1) a impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da ‘cúpula’, crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que a ‘base não queira mais’ viver como outrora, mas é necessário ainda que ‘a cúpula não possa mais’; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos ‘pacíficos’, saquear tranqüilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria ‘cúpula’, para a ação histórica independente.”²²

Os três pontos apresentados acima correspondem à *situação objetiva* necessária a eclosão de uma revolução. Mas é importante dizer que tal situação revolucionária não necessariamente corresponde à eclosão de uma revolução, que segundo o autor necessita da presença de uma *alteração subjetiva*. Novamente, vale a pena citar o que diz Lenin sobre o que significa este elemento subjetivo:

“Sem essas alterações objetivas, independentes não somente da vontade desses ou daqueles grupos e partidos, mas também dessas ou daquelas classes, a revolução é, como regra geral, impossível. É o conjunto dessas

derivacionista de Joachim Hirsch, o próprio desenvolvimento do Estado se liga a tendência à queda da taxa de lucro, cabendo ao Estado desenvolver as contra-tendências a esta queda. Sobre estes aspectos dos trabalhos de Altvater e Hirsch, ver CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 1983, p.166-189. Quem chamou atenção nos últimos tempos para este aspecto do Estado como “organizador das contra-tendências” foi Mauro Luis Iasi, num trabalho apresentado originalmente num seminário promovido pelo PCB em novembro de 2008. Uma versão está publicada em IASI, M. L. “Marx e as crises: o fantasma, agora, são eles.” *Revista Socialismo e Liberdade*, ano 1, Nº 1, maio de 2009.

²² LENIN, V. I. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979, p.27-28.

alterações objetivas que constitui uma situação revolucionária. Viveu-se essa situação em 1905 na Rússia e em todas as épocas de revoluções no Ocidente; mas ela existiu também nos anos 60 do século passado [XIX] na Alemanha, assim como em 1859-1861 e 1879-1880 na Rússia, embora não tenha havido revoluções em tais momentos. E por quê? Porque *a revolução não surge em toda situação revolucionária, mas somente nos casos em que todas as alterações objetivas acima enumeradas vem juntar-se uma alteração subjetiva*, a saber: a capacidade, no que respeita à *classe* revolucionária, de conduzir ações revolucionárias de massa suficientemente *vigorosas* para quebrar completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não ‘cairá’ jamais, mesmo em época de crise, sem ‘ser derrubado’.”²³

Lênin irá retomar a definição de crise revolucionária²⁴ em um outro texto, escrito no momento posterior à vitória da revolução de outubro de 1917, no contexto da formação da Internacional Comunista e do combate às tendências ultra-esquerdistas na mesma. Trata-se de um trecho do conhecido *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*, onde se lê:

“A lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções e, em particular por todas as três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte; para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de viver como dantes e exijam mudanças; para a revolução é necessário que os exploradores não possam viver e governar como dantes. Só quando *os ‘de baixo’ não querem* o que é velho e os *‘de cima’ não podem como dantes, só então* a revolução pode vencer. Esta verdade exprime-se de outro modo, com as palavras: a revolução é impossível sem uma crise nacional (tanto dos explorados como dos exploradores). Por conseguinte, para a revolução é necessário, em primeiro lugar, que a maioria dos operários (ou pelo menos a maioria dos operários conscientes, pensantes, politicamente activos) compreenda plenamente a necessidade da revolução e esteja disposta a dar a vida por ela; em segundo lugar, é preciso que as classes

²³ *Idem*, p.28, primeiro grifo nosso, segundo grifo do autor. Segundo Valério Arcary, com este texto Lênin “introduziu pela primeira vez no debate marxista, uma diferenciação entre a hierarquia dos fatores objetivos e subjetivos”. ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004, p.64.

²⁴ Em um importante estudo sobre o tema, o cientista político Armando Boito Jr. considera que o historiador Georges Lefebvre em sua obra dedicada à Revolução francesa de 1789 (*Quatre-vingt-neuf*) “realiza a noção leninista de crise revolucionária”, ainda que o mesmo Lefebvre não cite Lenin em qualquer momento do texto. A partir desta compreensão, Boito Jr vai observar que no estudo de Lefebvre aparecem tanto os pontos referentes a situação revolucionária objetiva, quanto dos elementos necessários ao triunfo da revolução – os fatores subjetivos –, sugerindo, assim, que a definição leninista pode ser aplicada no estudo tanto das revoluções socialistas quanto das burguesas. BOITO JR. Armando. “O conceito de crise revolucionária: a França de 1789.” In. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Ed.Unesp, 2007, p.109-136.

dirigentes atravessem uma crise governamental que arraste para a política mesmo as massas mais atrasadas (o sintoma de toda a revolução autêntica é a rápida decuplicação ou centuplicação da quantidade de representantes dos trabalhadores e da massa oprimida, antes apática, aptos para a luta política), que enfraqueça o governo e torne possível aos revolucionários o seu rápido derrubamento.”²⁵

Como se pode observar, as determinações presentes no texto anterior aparecem nesta formulação, embora o precedente tenha caráter mais didático. Em um estudo importante de Valério Arcary, comentando este texto em comparação com o precedente, o autor chama atenção para a ênfase colocada na “disposição das massas” e no fato de que os dois fatores da situação objetivamente revolucionária – a crise social (crise econômica, guerras etc.) e a mobilização das massas – aparecerem fundidos.²⁶

No mesmo estudo, Arcary apresenta as contribuições de Leon Trotsky – que em diversos escritos retomou a questão – para o qual é preciso ressaltar que os elementos que definem uma situação revolucionária, tal como os fatores subjetivos, terem ritmos desiguais de desenvolvimento. Trotsky apresenta o que considera as quatro condições para o triunfo da revolução proletária, a saber:

“1) O impasse da burguesia e a conseqüente confusão da classe dominante; 2) A aguda insatisfação e a ânsia de mudanças decisivas nas fileiras da pequena burguesia, sem cujo o apoio a grande burguesia não pode se manter; 3) A consciência da situação intolerável e a disposição para as ações revolucionárias nas fileiras do proletariado; 4) Um programa claro e uma direção firme da vanguarda proletária.”²⁷

Em outro texto, Trotsky apresenta outra contribuição importante para nosso problema. Trata-se de um informe preparado pelo revolucionário russo para um pleno do Partido Comunista da Rússia, em junho de 1921, aonde aborda as precárias condições da economia capitalista após o fim da Guerra mundial, dando particular atenção para a decadência da Europa e a ascensão dos Estados Unidos como centro da economia mundial. A certa altura de sua exposição, Trotsky retoma o balanço feito por Marx e Engels sobre a derrota da Revolução de 1848. Cito:

²⁵ LENIN. *A doença infantil do ‘esquerdismo’ no comunismo*. Moscou: Edições Progresso, 1986, p.64.

²⁶ ARCARY. *As esquinas perigosas da História*, op. cit., p.66.

²⁷ TRÓTSKY, L. Manifesto sobre la guerra imperialista de maio de 1940. In: Escritos. Bogotá: Pluma, 1979, p.297, apud ARCARY, op. cit., p.67.

“A relação recíproca entre boom e crise na economia e o desenvolvimento da revolução é de grande interesse para nós não apenas do ponto de vista da teoria, mas acima de tudo do da prática. Muitos de vocês se lembrarão que Marx e Engels escreveram em 1851 – quando o boom estava em seu pico – que era necessário reconhecer naquela época que a Revolução de 1848 terminara, ou, de qualquer modo, tinha sido interrompida até a próxima crise. Engels escreveu que embora a crise de 1847 fosse a mãe da revolução, o boom de 1849-51 foi a mãe da contra-revolução triunfante. Seria, contudo, muito unilateral e totalmente falso interpretar esses julgamentos no sentido de que uma crise invariavelmente engendra a ação revolucionária enquanto um boom, pelo contrário, pacifica a classe operária. A Revolução de 1848 não nasceu da crise. Essa apenas forneceu o ímpeto final. Essencialmente, a revolução surgiu das contradições entre as necessidades do desenvolvimento capitalista e os grilhões do sistema estatal e social semifeudal. A irresoluta Revolução de 1848, contudo varreu os remanescentes do regime das corporações de ofício e da servidão e estendeu assim a estrutura do desenvolvimento capitalista. Sob essas condições e apenas essas condições, o boom de 1851 marcou o início de toda uma época de prosperidade capitalista, que durou até 1873.”²⁸

Parece-nos que a riqueza no tratamento que os protagonistas na Revolução de Outubro quiseram dar ao tema em tela reside no fato de ambos buscarem se distanciar das formulações esquemáticas e mecânicas, que buscavam (e ainda buscam) tratar a esfera política como um mero epifenômeno da estrutura econômica. Tanto em Lênin, quanto em Trotsky, é destacado um papel fundamental a ação humana, figurando a crise econômica como uma determinação importante, mas que apenas coloca as condições sobre as quais se desenrola a luta de classes. Veremos como outro teórico do marxismo enfrentou a questão da relação entre determinação econômica e a esfera política, a partir dos materiais históricos da revolução de 1917 e a reflexão dos fundadores do materialismo histórico.

Gramsci e o conceito de crise orgânica: a unidade de crises econômica, política e da direção revolucionária

Se voltarmos os olhos para a riqueza conceitual que adquiriu o materialismo histórico com a tradição de Outubro, parece que o *Prefácio de 1859* é uma peça fora do lugar na reflexão do marxismo, destinada a sempre produzir leituras mecânicas das

²⁸ TROTSKY, Leon. “A situação mundial (junho de 1921).” In. *O imperialismo e a crise econômica mundial: textos sobre a crise de 1929*. São Paulo: Sudermann, 2008, p.43.

relações entre economia e política. Esta é uma das razões para consultar a contribuição de Antonio Gramsci para o desenvolvimento do materialismo histórico.²⁹

Para o autor dos *Cadernos do cárcere*, a relação apropriada entre as determinações materiais e a esfera política em sua totalidade deve partir do pressuposto de que o “nervo da política” é o conflito social, a luta de classes. Vejamos como este enfrenta o problema. Para analisar uma crise política é necessário iniciar pela investigação da correlação de forças entre as classes sociais, e as formas como estas construíram os seus projetos, seja do ponto de vista de quem pretende manter a dominação, seja daqueles que em princípio não teriam qualquer motivo de continuar acreditando em sua imutabilidade. Quando trata deste assunto, em seu §17 do Caderno 13,³⁰ Gramsci inicia advertindo a necessidade de, na análise de uma determinada relação de forças em uma dada formação social, diferenciar entre os elementos orgânicos-estruturais daqueles chamados de conjuntura, como forma de encontrar uma justa relação entre ambos.

É necessário também distinguir três ordens de momentos numa dada relação de forças. Em primeiro lugar estão as forças sociais objetivas, a estrutura econômica e suas determinadas classes sociais. O momento seguinte diz respeito às relações de forças políticas, tratando do grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos diversos grupos (classes e frações de classe). Trata-se, em suma, dos partidos, os “sistemas hegemônicos no interior dos Estados”. O grau de autoconsciência das classes é o elemento mais importante deste momento, porque diz respeito à capacidade dos grupos sociais se constituírem politicamente. Os níveis de consciência política são descritos por Gramsci em termos bastante sintéticos (e conhecidos de sua obra): 1) o mais elementar é o econômico-corporativo, onde “sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo”; 2) o seguinte é de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, “mas ainda no campo meramente econômico”, 3) e o último é o nível propriamente político, onde se coloca a questão do partido e da hegemonia.³¹ Por fim, Gramsci discute aquele que é o elemento “imediatamente decisivo em cada

²⁹ Sobre este tema, remetemos o leitor ao livro de BIANCHI, *O Laboratório de Gramsci*, op. cit., particularmente o capítulo “Estrutura/Superestrutura”, p.121-172.

³⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.36-46.

³¹ *Idem*, p.40-41.

oportunidade concreta”, o da relação de forças militares, ou político-militares, que determina, em última instância a correlação de forças. Trata-se do momento em que o problema da revolução e da contra-revolução é resolvido, em um dado momento histórico, em uma dada formação social.³²

É também necessário pontuar a forma como Gramsci entendia as representações das classes sociais em luta, em suma, seus partidos políticos, entendidos de uma forma mais ampla que a das organizações institucionais que atendem por este nome. Assim, seguindo as elaborações de Antonio Gramsci, segundo as quais no mundo moderno os partidos orgânicos, por necessidade da luta ou de qualquer outra razão, dividem-se em frações, chegando mesmo a assumir a forma de partidos independentes, busca-se entender as conexões entre estas organizações e os interesses classistas que as orientam.

“muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’.”³³

Além da sugestão fecunda de buscar entender a imprensa como partido ou frações de um partido, a formulação gramsciana serve também para entender as organizações da sociedade civil – em especial aquelas das classes dominantes – e sua ação hegemônica para tornar interesses de Estado seus interesses particulares. Sobre a forma das crises profundas que podem acometer as sociedades burguesas, Gramsci elaborou o conceito de crise orgânica, baseando-se nas análises de Marx sobre a história da França. Para Gramsci, uma crise orgânica consiste na seguinte situação histórica:

“Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, *não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe.*”³⁴

³² Álvaro Bianchi chama atenção para certas leituras sobre a análise de conjuntura em Gramsci, como a de Juan Carlos Portantiero, que ignora, “sem maiores explicações, esse terceiro grau da correlação de forças”, o que acaba cancelando o próprio momento da revolução. “A supressão analítica das relações de forças militares equivale à anulação daquele nível considerado por Gramsci o ‘imediatamente decisivo’.” BIANCHI, *O Laboratório de Gramsci*, op. cit., p.171.

³³ *Idem.*, p.350.

³⁴ GRAMSCI, Caderno 13, *Cadernos*, vol.3, op. cit., p.60, grifos nossos.

Assim, se o partido é uma representação de classe, por outro lado não contraiu um “matrimônio insolúvel” com a classe que representa. É sempre uma relação que em momentos críticos se consuma com uma ruptura. É o caso, por exemplo, da análise que faz Marx em seu *18 Brumário* sobre o comportamento da burguesia francesa, representada no Partido da Ordem. Neste partido³⁵ estavam representadas as duas grandes frações da burguesia francesa: uma, a Casa de Orleães, representava a aristocracia financeira; outra, a Casa de Bourbon, representava a grande propriedade territorial. Com a revolução de 1848, todas as frações monárquicas da burguesia francesa se juntam no Partido da Ordem. No entanto, diante da crise de hegemonia da classe dominante, que segundo Marx teria perdido a “capacidade de governar”, esta prefere entregar o poder político a um aventureiro, Luís Bonaparte. Numa imagem virtuosa, Marx afirma que em tal situação a burguesia francesa “prefere abrir mão da coroa para não ter de abrir mão da bolsa”. Este cenário se coaduna com outra elaboração de Gramsci sobre a crise orgânica:

“Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.”³⁶

³⁵ É bom lembrar que não se tratava de partidos modernos burocráticos das democracias parlamentares, mas da tomada de partido por certas idéias e posições sociais. É por isto que Marx em o *18 Brumário* caracteriza determinados jornais como organizadores de classes e frações de classe, partidos, como o *National* que organizava a fração industrial da burguesia francesa.

³⁶ GRAMSCI, Caderno 13, *Cadernos*, vol.3, op. cit., p.60.

A longa citação acaba oferecendo os subsídios teóricos para analisar o nosso problema. Pois, se a crise econômica compõe o cenário da crise orgânica, esta última só se efetiva se é seguida por fenômenos que obedecem a uma temporalidade distinta, e que perpassam questões relativas à subjetividade das classes sociais, seja porque decidiram romper com suas representações tradicionais, seja porque estas saíram da passividade e foram à disposição revolucionária, seja ainda porque não vêm mais no regime político existente uma forma adequada de manter a sua dominação social.

Existe, por outro lado, um vínculo importante entre a crise econômica e a crise política, já que a primeira mina as bases materiais sobre as quais o Estado capitalista constrói uma dominação hegemônica, seja totalmente hegemônica ou não. Logo a “absorção das demandas não antagônicas das classes subalternas, necessária para a constituição desse consenso, torna-se, assim, um processo árduo e raramente completado de maneira eficaz”.³⁷ Sobre este ponto, Álvaro Bianchi observa que, escrevendo no contexto da crise do Estado liberal no pós-guerra mundial, Gramsci caracteriza aquela crise orgânica como resultado da mudança na correlação de forças entre as classes sociais e do conseqüente deslocamento da base histórica do Estado, decorrente da conformação de novos atores sociais, particularmente a diversidade de organizações operárias, social-democratas e comunistas, e a incapacidade do Estado liberal de incorporá-las. Acontece também a cisão entre as frações das classes dominantes, sem que nenhuma delas tenha a capacidade de resolver a crise de dominação política. A crise é orgânica também pela incapacidade das representações das classes subalternas imporem sua própria solução à crise de hegemonia. Em síntese:

“Colocando de tal maneira o problema, temos que a crise de hegemonia não é definida automaticamente pela crise econômica. A crise econômica, tomada em seu sentido amplo como crise de acumulação resultante da queda tendencial da taxa de lucro, pode ser pressuposta da crise de Estado. Mas ela não a põe, por si própria, a crise de hegemonia. Quando a crise econômica e a crise de hegemonia coincidem no tempo temos o que Gramsci chama de crise orgânica, uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para a eclosão da crise orgânica é preciso a coincidência dos tempos dessa crise de acumulação com o acirramento

³⁷ BIANCHI, Álvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano.” *Novos Rumos*, n°36, 2002, p.28-37.

do choque entre as classes, e no interior delas próprias entre suas frações.”³⁸

Gramsci trabalhou especificamente a relação entre crises econômicas e crises históricas.

“Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal.”³⁹

Neste trecho revela-se a riqueza com que o autor trata a relação entre economia e política; a crise econômica é tão só o campo aberto a possibilidades determinadas pela correlação de forças sociais e políticas.⁴⁰ Ou seja, a crise econômica é base da situação em que as classes agem e lutam, e não uma “camisa de força” que impele a ação política para um certo sentido pré-determinado. O momento capital para os antagonistas sociais é, segundo Gramsci, o momento político-militar; o elemento decisivo, que por sua vez

“é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que a situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo)”⁴¹

Trata aqui da questão do *Novo príncipe*, do partido político, como elemento decisivo na definição da correlação de forças no momento da crise. Mas para Gramsci, é preciso que se diga, o partido político não é um agrupamento que exista apenas em função de um conjunto de idéias comuns, mas também é, necessariamente, uma representação de classe,⁴² a exemplo do que fez Marx ao analisar os distintos agrupamentos políticos franceses durante a revolução de 1848.

Esta “discordância dos tempos”, para utilizar a feliz expressão cunhada por Daniel Bensaïd,⁴³ em que economia e política operam com ritmos diferentes, é talvez a leitura mais adequada para o problema da relação entre as crises econômicas e as

³⁸ *Idem*, p.36.

³⁹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, op. cit., p.44.

⁴⁰ Aliás, como vimos acima, tal como faz Marx em *As lutas de classe na França*.

⁴¹ GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, op. cit., p.46.

⁴² *Idem*, p.59.

⁴³ BENSAÏD, D. *La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire*. Paris: Les Éditions de la Passion, 1995. BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.



situações políticas. Seria então a história o ponto de encontro entre estes tempos discordantes, constituindo as crises revolucionárias o momento dramático em que a unidade dialética entre economia e política se efetiva de forma violenta.